

# É hora de estudarmos a Amazônia

ENTREVISTA

Estado do Amazonas padece de um terrível mal: a falta de recursos para desenvolver o seu imenso território de 1.564.445 quilômetros quadrados. "Apesar de termos a Zona Franca de Manaus, cujo faturamento já atingiu mais de 5 bilhões de dólares, o resto do estado vive na pré-história", reclama o governador Amazonino Mendes. Defensor de um desenvolvimento equilibrado para a Amazônia, onde se preserve a floresta, Mendes acredita que está na hora de se deixar de fazer grandes programas para a região. "Temos que fazer um estudo sério e minucioso da região. Assim, vamos encontrar as suas várias vocações", recomenda. Ele já não tem mais dúvida de que cedo ou tarde, o Governo Federal terá que tomar uma providência: dividir o Estado do Amazonas. "Não em dois novos estados da federação, mas talvez em dez", explica, defendendo um estudo para se descobrir a realidade da região.



Amazonino "Somos dependentes da geração de energia através do diesel. E o pior é que a população não pode pagar o custo caríssimo"

Como se faz para administrar um Estado como o Amazonas, onde as dificuldades são inúmeras, os recursos escassos e sem contar com qualquer complacência do Governo Federal?

Além da falta de complacência, diria que o Amazonas é uma das vítimas do eterno vício brasileiro de não dar qualquer importância às regiões subdesenvolvidas. O Amazonas é o maior Estado da federação, com uma área de 1.564.445 quilômetros quadrados. Temos um território que é três vezes superior ao da França. Só que apesar dessa imensa área, onde se poderia criar condições para o desenvolvimento, enfrentamos diversas dificuldades. Não pela nossa imensa área, mas por uma incrível contradição. O Estado do Amazonas tem a Zona Franca de Manaus, um projeto consolidado e que já começa a ser o exemplo para outros países, pois consegue faturar mais de 5 bilhões de dólares por ano. Só para dar um exemplo, para cada 1 dólar importado em 1987, foram agregados, em valor nacional, 7,20 dólares. Só que em contrapartida temos todo o resto do Estado do Amazonas na pré-história.

Como se explica esta contradição? Enquanto a Zona Franca consegue faturar mais de 5 bilhões de dólares em um ano, o resto do Estado vive na penúria, na pré-história. Qual a explicação para este fenômeno?

A explicação é muito simples. Grande parte da população ainda se dedica à atividade extrativista. Desta forma, temos o resto da população a margem da sociedade, pois não participa de qualquer atividade econômica.

Diante desta explicação, qual seria a forma de governar um Estado com este tipo de problema?

Bem, com a Zona Franca de Manaus faturando mais de 5 bilhões de dólares, o Governo do Amazonas precisaria, no mínimo, respaldar e

"Governar este Estado corretamente seria executar um programa que atente para as nossas adversidades regionais. Já identificamos as áreas de agricultura, mineração e manejo florestal. Só que falta recursos para executar os programas"

estruturar política para garantir isto. Esta situação termina gerando conflitos de ordem nacional. Assim, o governador fica tentando resolver o impossível de um lado e de outro. Quer dizer: manter a integridade da Zona Franca de Manaus, que, em última análise, é um alento de vida, pois gera mais de 70 mil empregos — embora seja apenas na capital — e pode ser definida como uma verdadeira válvula de escape. Depois de tudo isso, o que o governador tem a fazer é tentar minorar, de todas as formas, o que se perpetua — um genocídio — com o resto do Estado do Amazonas.

Com tantos problemas, além da falta de recursos para atender as grandes necessidades, qual seria a forma correta para se governar o Estado do Amazonas?

Governar este Estado corretamente, seria executar um programa que desenvolvemos na nossa administração, que atente para as nossas grandes adversidades regionais. Foi através da constatação de algumas adversidades é que descobrimos as reais vocações econômicas na região. Assim, identificamos as áreas de agricultura, mineração, piscicultura e manejo florestal. Tudo isto seria possível, mas o que dificulta uma ação rápida é a nossa literal falta de recursos.

Qual o caminho a seguir, quando se constata que os grandes planos do Governo podem ficar paralisados em função da falta de recursos?

Acredito que o único caminho é tentar, pelos menos, libertar a consciência coletiva da população

O que seria esta libertação da consciência coletiva da população? Qual a forma que o governo encontrou para executar esta plataforma de ação?

Existem várias formas de se explicar. Então, vejamos: nós somos invadidos pelo modismo nacional e porque estamos numa área tropical. De repente a nossa arquitetura cede lugar ao convencional do sul. Todo o nosso universo comportamental começa a copiar o ideal do sul, tornando ainda cada vez mais difícil a vida aqui.

Que medidas o Governo está tomando para mudar este tipo de comportamento que, literalmente, sofre a influência da indústria cultural do chamado "sul maravilhoso"?

Estou fazendo tudo o que posso. Tentei e estou tentando operar uma revolução com pronunciamentos firmes neste sentido. Uma das atitudes que tomei foi a de criar o Instituto de Estudos Superiores da Amazônia, além de implantar as escolas agro-técnicas no interior do Estado do Amazonas, que teria a função de romper com as futuras gerações os laços com o extrativismo e daria conhecimentos novos. Tudo isto é apenas para dar uma visão psicológica da aflição de um governante na Amazônia.

O que está sendo feito no que se poderia chamar de administração convencional?

Estamos lutando sozinho nesta grande vastidão que é o Estado do Amazonas. Veja bem: a geração de energia, por exemplo. Toda energia é a base do diesel, pois estamos numa grande planície e temos poucas áreas que permitiria a implantação das chamadas mini-hidrelétricas. Poderia citar, no máximo, três ou quatro pontos em todo o Estado. Então, somos um Estado totalmente dependente da geração de energia através do diesel. E o pior de tudo é que temos uma população paupérrima que não pode fazer frente ao pagamento deste custo caríssimo. Tudo isto envolve alguns fatores importantes, como transporte do diesel. Há regiões em que a barcaça custa mais de 20 dias para chegar. Outro ponto é a questão das máquinas das termoeletricas que sofrem um desgaste rápido e violento, além da falta de recursos humanos para dar assistência técnica etc. Então é fácil imaginar que os motores vivem permanentemente em pane. E necessitam de peças de reposição.

Tudo isto tem muito a ver com a chamada falência do extrativismo. O que o fim do extrativismo provocou no Estado do Amazonas?

Posso dizer que a falência do extrativismo provocou uma saída em massa dos seringueiros e beiradoes para as sedes dos municípios. Em muitos deles já existem sinais de uma literal eclosão. Com isto, em plena amazônia, nos vilarejos, começaram a acontecer problemas urbanos gravíssimos e terríveis. Isto provocou um aumento da promiscuidade e, conseqüentemente, a necessidade do aumento dos serviços básicos — água, esgoto e rede de energia elétrica e hospitalares.

Todos os governos planejaram grandes projetos para desenvolver a região amazônica. Só que nenhum dos programas conseguiu realmente os objetivos traçados pelo Governo Federal. Qual a sua recomendação para os próximos governos?

A minha recomendação é que parem de planejar. Este seria o primeiro passo. O segundo seria só começar a planejar a partir do momento em que já se estivesse conseguido levantar de forma séria e minuciosa a realidade amazônica. Todos os erros e equívocos cometidos até agora para desenvolver a Amazônia foi em função da falta de conhecimento da região. Até mesmo a rodovia Transamazônica, que iria ajudar a acabar com a miséria do Nordeste, fazendo a integração com o Norte, deu no que deu. Hoje é que estamos vendo os benefícios e os malefícios da falta de um estudo.

Qual seria o caminho para se tentar desenvolver a região amazônica sem causar os danos e sem cometer os erros do passado, quando o Governo elaborou programas faraônicos visando conseguir fazer da região um verdadeiro Eldorado de exuberância?

A Amazônia é heterogênea e necessita de um levantamento detalhado da sua realidade. Acredito que isto iria nos levar a descobrir as várias vocações econômicas da região. Não se pode tratar a Amazônia de uma forma generalizada. Com um estudo detalhado, iremos encontrar várias amazônias. A partir daí é que se poderia organizar programas de desenvolvimento específico para cada uma delas. Não podemos cair, jamais, no erro brutal de generalizar a Amazônia.

A Amazônia tem uma área de 506 milhões de hectares, o equivalente a 42% do Brasil. Um estudo pormenorizado desta realidade não seria muito difícil e levaria muitos anos?

Isto é muito difícil, mas é necessário para se identificar as vocações da região. No meu Governo, apesar da falta de recursos, conseguimos identificar nove sub-regiões, onde se poderia implementar programas distintos, atendendo as suas reais aptidões. O interessante é que se pode observar que estas regiões são distintas até sociologicamente. Isto porque a Amazônia foi ocupada de forma diferente: os rios da margem direita, que eram mais ricos em borraça, por exemplo, provocaram um fluxo em massa dos nordestinos que trouxeram a sua cultura para a região. Já a chamada margem do grande caudal — trecho de um rio caudaloso —, nós temos um misto de portugueses, caboclo e índio. Isto porque ao longo desta região eram os índios aculturados que formavam os aglomerados urbanos. A região do Baixo Amazonas vive uma população com os hábitos e costumes totalmente diversos da minha terra, por exemplo, Eurinepé.

Já houve uma época em que se falou muito na divisão do Estado do Amazonas. Esta seria uma forma para desenvolver a região com maior rapidez. Até que ponto o senhor concorda com esta idéia?

"Todos os erros e equívocos cometidos até agora foram em função da falta de conhecimento da região. A rodovia Transamazônica é um exemplo. Hoje é que estamos vendo os malefícios e os benefícios da falta de um estudo"

Acredito que a divisão do Amazonas é inevitável. Não em apenas dois, mas em pelos menos dez. É uma mera questão de geopolítica. Só que não é apenas dividir. Isto poderia ser até desastroso. É impossível administrar um Estado deste tamanho — 1.564.445 quilômetros quadrados — com o desejo desenvolvimentista. Acho que tudo depende apenas de uma questão de tempo. Já existem vários estudos ao longo dos anos propondo a divisão do Estado. O próprio professor Samuel Benchimol, do Instituto Superior de Estudos da Amazônia, tem estudo partindo do pressuposto da divisão. As próprias vocações da região, que falei anteriormente, poderão significar uma nova unidade da federação.

Como governador de um Estado dentro da Amazônia onde a floresta ainda está intacta, qual a sua opinião sobre o frenesi ecológico que vem acontecendo a partir de entidades ambientalistas internacionais que denunciam a devastação da floresta?

Diria que em toda esta campanha existem dois enfoques: o primeiro provocado pelo pânico mundial sério e honesto, já que a Amazônia seria a última grande reserva da natureza do mundo. Isto porque já existe o entendimento de que a Amazônia limparia 25% do gás carbônico que, irresponsavelmente, os países desenvolvidos jogam na atmosfera. E um dado que temos que considerar e respeitar. O segundo aspecto é de origem duvidosa, que seria o de transformar a Amazônia internacional.

Qual a análise que o senhor faz do pronunciamento do presidente da França, François Mitterrand, que pediu que alguns países renunciem parte de sua soberania em questões ambientais?

Quando o presidente Mitterrand falou da renúncia para efeitos ecológicos, ele não de todos os países de um modo geral. Ele se referiu a certos países. Não creio que ele estivesse se referindo ao próprio país (a França). Estados Unidos. Em resumo: aos países que poluem a atmosfera. Acho muito provável que ele estivesse se referindo a países subdesenvolvidos. Nesta linha de raciocínio existe uma diversificação de comportamento. Há o interesse de grupos internacionais, dos cartéis de exploradores de minérios. Existe até a suspeita de que a Amazônia poderia ser um grande produtor de determinadas economias do mundo desenvolvido. Mas de certa forma este clamor mundial não é ruim, pois chamou a atenção do Brasil para uma área que, efetivamente o nosso país passava por cima.

O senhor tem sido um grande defensor de que a Amazônia não pode ficar intocável, mas seria necessário aliar o desenvolvimento com o respeito ao meio ambiente. Como seria um plano pra desenvolver economicamente a Amazônia sem provocar danos a ecologia?

É simples. É só mexer na região depois de um estudo sério e tendo conhecimento de suas potencialidades. O dado básico é respeitar a heterogeneidade da Amazônia e não esquecer de um elemento que está na região: o homem. A Amazônia hoje já tem uma população de 15 milhões de pessoas. Acho que é um equívoco imperdoável, partimos unilateralmente para tratar da questão, vendo apenas a natureza em si. Em síntese, a fórmula seria a seguinte: conhecimento, homem, natureza e desenvolvimento.

Qual a sua opinião sobre o atual momento do país, quando muitos já garantem que o Plano Verão já naufragou e que poderá haver uma verdadeira explosão inflacionária?

Caso aconteça um naufrágio do Plano Verão, realmente dá para entrar em pânico. Isto acontecendo, a inflação brasileira chegará rapidamente a 150% ao mês. Espero que nada disso aconteça, mas em acontecendo uma inflação deste tamanho inviabiliza qualquer aspiração democrática num país como o nosso. E tudo isto porque a eleição presidencial seria praticada no meio da balbúrdia, da confusão e do desrespeito. Acredito que determinados segmentos da sociedade brasileira deveriam sacrificar algumas aspirações em nome de uma estratégia superior.

Das várias candidaturas que estão sendo discutidas, o senhor já fez a opção por algum nome?

Não tenho candidato à Presidência da República. Como eles estão surgindo agora, mostrando alguma coisa de suas plataformas, acho muito prematuro fazer qualquer avaliação. Mesmo assim já tenho um ponto de vista: acho que existe uma oportunidade impar para que a Amazônia se una em termos suprapartidários para exigir, do candidato que vier apoiar, uma plataforma confiável e que enfoque uma luta contra o colonialismo interno, além de apoiar o nosso discurso amazônico. Recentemente tivemos a elaboração de uma nova Constituição e nada disso sequer foi abordado.

Como o senhor vê a situação dos partidos para a eleição presidencial do próximo mês de novembro?

Na verdade, o Brasil tem um sério problema com os seus partidos políticos: eles são idênticos. Isto significa que os partidos não têm identidade. São eventualidades. Só que alguns marcam, como a UDN e o PSD. Já outros passam e se misturam. Basta ver que quando um cidadão deixa um partido e entra em outro, não há qualquer prejuízo de identidade. A razão é clara: ela é inexistente. Por outro lado, existem os partidos de esquerda e os radicais, notadamente o Partido dos Trabalhadores (PT), que tem identidade própria. O resto ainda padece da promiscuidade ideológica, licenciada dentro de suas facções internas.